

EDITORIAL

Trajetória da Recuperação Judicial e atuação do Sinpro/RS na defesa do interesse dos professores

A homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) das Instituições da Rede Metodista, a princípio rejeitado pela Assembleia Geral de Credores (AGC), foi, sem dúvida, o coroamento de uma trajetória de 20 meses marcados por muitas adversidades. Contratemporos que aprofundaram as dúvidas e incertezas dos muitos credores e, especialmente, de todos que permaneciam trabalhando nas instituições educacionais no estado e no país.

Os vinte meses foram um tempo bastante razoável para um processo de Recuperação Judicial (RJ), ainda mais considerando a diversidade e a amplitude do universo de credores das instituições e especialmente a polêmica sobre a aplicabilidade da legislação sobre recuperações judiciais à condição das Instituições Metodistas.

Sem esquecer as divergências e algumas iniciativas que mereceram o repúdio e o enfrentamento do Sinpro/RS ao longo do processo, como foi o caso da coleta de procurações para os advogados da Rede, no mais das vezes, na essência do relacionamento e do diálogo, a Rede sempre se pautou, no decorrer do período, pela receptividade às demandas dos trabalhadores e pela disposição para a negociação, o que permitiu uma melhoria substantiva dos sucessivos Planos que foram sendo definidos e, finalmente, resultou em uma aprovação de quase 100% dos credores trabalhistas ao PRJ Modificativo submetido à votação na AGC.

A evolução dos planos contemplando a eliminação das faixas de deságio até a retirada total desta intenção

foi, indubitavelmente, a grande conquista das negociações desenvolvidas pelos sindicatos, mas também expressão do senso de justiça e de sensibilidade social dos gestores da Rede Metodista para com seus trabalhadores e ex-colaboradores.

O Sinpro/RS, que tem na RJ das Instituições Metodistas sua segunda experiência nesta arena de disputas pelos direitos dos professores, manifesta sua satisfação e alegria pelo desfecho positivo de mais esta etapa do processo.

Em suas manifestações durante toda a trajetória da RJ, inclusive na AGC, o posicionamento do Sinpro/RS nunca se restringiu apenas à satisfação dos créditos dos que já não estavam mais nas instituições, mas também pela preservação das instituições, seus contratos de trabalho com as centenas de professores e funcionários nela ativos e na continuidade das ofertas de educação qualificada e diferenciada para as suas respectivas comunidades de inserção.

Cumprir destacar que o Plano aprovado representa uma solução para as pendências salariais e rescisórias passadas, com base na alienação de patrimônio da Igreja Metodista, mas resta o desafio maior de reconquistar a confiança e a credibilidade social junto às famílias e aos estudantes potenciais, para que retornem às salas de aulas das escolas e dos cursos que, ao longo dos últimos anos, pelos erros de gestão e pela demora na tomada de decisões, foram se esvaziando.

Pendências Pós-Recuperação Judicial

O Sinpro/RS lembra que no período pós-deferimento da RJ, tendo em vista os descumprimentos dos prazos para o pagamento dos salários, constituiu-se um novo passivo de multas que será oportunamente pautado para equacionamento e quitação.

Retrospectiva da RJ das Instituições Metodistas

A Rede Metodista deu início ao Projeto de Recuperação Judicial em 9 de abril de 2021, quando protocolou Tutela Cautelar Antecedente, medida judicial preparatória à RJ, na qual pedia, basicamente, a suspensão das execuções, travas e bloqueios judiciais.

Em 4 de outubro do mesmo ano, foi deferida a medida liminar que suspendeu as execuções e cobranças contra as Instituições Metodistas.

Tão logo tomou conhecimento da propositura da ação, o Sinpro/RS posicionou-se no contexto da recuperação judicial pretendida pela Rede Metodista.

Em todos os momentos desde então, o Sindicato buscou o cumprimento das obrigações correntes pela Rede Metodista: o pagamento das dívidas e que houvesse garantias suficientes para que o pagamento destas dívidas ocorresse efetivamente. Além de tudo, o Sinpro/RS focou suas atenções e diligências para que a recuperação judicial contivesse em seu bojo ambiente que permitisse a retomada plena das atividades nas instituições.

Nestes quase dois anos, as dificuldades em alcançar esses objetivos foram muitas. Desde a oposição de grandes credores, passando pelas dificuldades próprias do setor da Rede Metodista em particular, até decisões contrárias ao processamento da recuperação judicial, proferidas em momentos críticos para a realização de matrículas e renovações dos alunos.

Tais decisões agudizaram a crise operacional, resultando, mais uma vez, no atraso de salários, o que levou o Sinpro/RS a insistir em que as obrigações correntes

fossem cumpridas, atuando junto à administração das instituições na busca por soluções e, também, perante o Poder Judiciário na perspectiva da venda de bens, para com o produto destas regularizar os salários em atraso.

Além de atuar em movimentos que permitissem a manutenção das atividades, o Sinpro/RS litigou pela preservação do patrimônio das instituições, opondo-se a vendas em leilões de bens extremamente valiosos e que estavam sendo arrematados por preço muito abaixo do seu efetivo valor.

Em todo o período transcorrido desde o início da recuperação judicial, em especial, a partir da apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial, foi mantido contato com a administração da Rede Metodista e seus assessores buscando melhorar as condições de pagamento, demonstrando que as recuperações judiciais de instituição de ensino não seguem a fórmula de outros processos de recuperação, mais mercantilistas e mais próximas do mercado financeiro.

As instituições de ensino têm algumas características que as distinguem do mercado em geral, quando se trata de recuperação judicial.

A distinção vai além do grande número de credores trabalhistas, está no longo período de dificuldades, em que quem pagou sempre foram os empregados das instituições, com atrasos de salários, FGTS, dispensas em massa, sem o pagamento sequer das verbas rescisórias.

Essa circunstância e característica de que se revestem essas instituições em recuperação judicial precisaram ser demonstradas às recuperandas e a seus assessores. Não estavam diante de mais uma recuperação judicial, mas sim enfrentando um processo de recuperação com milhares de credores que foram perdendo no decorrer do tempo e que não poderiam ser tratados como costumam ser credores de empresas em recuperação judicial.

No caminho de demonstrar essa diferenciação, foi possível avançar na ocupação de espaços, minimizando as perdas, começando com a diminuição dos deságios propostos, até sua extinção; avançou-se no reconhecimento da necessidade de alguma forma corrigir os créditos; e, talvez o mais importante, na garantia, no compromisso das mantenedoras em sua última instância de que os credores trabalhistas serão integralmente pagos.

Esses esforços culminaram no Plano de Recuperação Judicial (versão de 22 de novembro de 2022) apresentado na AGC, aprovado pela grande maioria de credores trabalhistas, igualmente aprovados nas classes II e IV de credores, porém rejeitado pela Classe III (credores em geral).

A rejeição pela Classe III provocou a necessidade de que o Sinpro/RS se posicionasse, já em assembleia, contra o voto notadamente abusivo do credor que rejeitou o plano e, na sequência, apresentando petição nos autos, prosseguindo no trabalho perante o Ministério Público, o que contribuiu decisivamente para a aprovação do Plano pelo Magistrado condutor do processo.



Foto: Igor Sperotto

Definições e encaminhamentos para o pagamento dos credores da Classe I:

- os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, serão pagos até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, em até 30 (trinta) dias da data da homologação do PRJ (03 de janeiro de 2022);
- pagamento inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada credor trabalhista, até o limite de seu crédito, mediante a liberação de recursos oriundos da venda de bens imóveis;
- pagamentos dos saldos a serem efetuados em até 12 (doze) meses após sua aprovação (03/12/2022);
- na inocorrência do pagamento em até 12 (doze) meses, a Rede Metodista poderá estender o prazo em mais 24 (vinte e quatro) meses;
- o FGTS dos funcionários inativos será pago integral e diretamente à Caixa Econômica Federal em até 12 (doze) meses contados a partir da data de homologação do PRJ;
- o saldo após pagamento do FGTS será pago diretamente a cada credor, sendo as correções, os juros e as multas suportados pela Rede Metodista;
- os valores a serem pagos serão corrigidos pela taxa de 3% (três por cento) ao ano (da data de deferimento do pedido de recuperação e data de homologação do PRJ) e pelo índice IPCA/FGV (da data da homologação do PRJ e da data de pagamento dos créditos);
- todos os créditos ainda não liquidados ficarão sujeitos às condições do PRJ, quanto às suas condições de pagamento;
- os dados bancários para efetivação dos pagamentos deverão ser encaminhados ao Sr. Mauricio Fontoura Trindade, pelo e-mail: juridico@metodista.br.

**Depois de muito trabalho,
é hora de valorizar o descanso.**

Agora é o momento de desligar e aproveitar as merecidas férias, dormir até mais tarde, curtir a família. Precisaremos de muita energia para enfrentarmos os desafios do próximo ano com boas perspectivas, para que a educação volte a ser uma prioridade.

BOAS FÉRIAS, BOAS FESTAS

e aproveite todas as vantagens dos convênios que preparamos para você.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão